



SPMS_{EPE}
Serviços Partilhados do Ministério da Saúde



SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE

Edição N.º

04

18.NOV.2016

NEWSLETTER

CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS





ENTREVISTA

José Manuel Silva

Bastonário da Ordem dos Médicos

57 anos

“Os Sistemas de Informação fazem parte da nossa realidade. São, por isso, necessários na saúde e em todos os outros setores. São cada vez mais insubstituíveis!”

SPMS: Os Sistemas de Informação (SI) são importantes na Saúde?

José Silva: Os SI fazem parte da nossa realidade. São, por isso, necessários na saúde e em todos os outros setores. São cada vez mais insubstituíveis! A velocidade da informatização na área da saúde, muitas vezes, não acompanha as necessidades da rede e do *hardware*. Tudo está a ser feito demasiado rápido, sem a necessária estrutura. Por isso é que existem constrangimentos. Não se podem introduzir mudanças tão rápidas sem a preparação da rede informática, dos computadores e dos utilizadores.

E os médicos estão disponíveis para acompanhar esta mudança?

Faz parte do *ethos* médico, o acompanhamento da evolução científica. A necessidade de estarem atualizados é constante. A mudança apanha as pessoas desprevenidas. O conhecimento cresce de forma incessante e é superior à capacidade de adaptação das pessoas. Demasiada informação e pouco conhecimento. A evolução informática apanhou esta geração

dos 8 para os 80. É normal que pessoas menos jovens tenham uma dificuldade natural em acompanhar a rapidez da evolução.

Qual é o papel da Ordem dos Médicos (OM) no processo de formação?

A Ordem faz o que pode, embora não tenha capacidade para dar formação na área informática. A SPMS tem sido fundamental nas ações de formação aos médicos.

Como é que podemos melhorar a usabilidade dos Sistemas de Informação?

Os médicos que estão, efetivamente, no terreno têm de ser ouvidos. A participação ativa destes médicos na conceção dos SI é determinante para a otimização dos mesmos. A par disso, torna-se ainda necessário resolver questões relacionadas com o *hardware* e *software*. 19% dos médicos ainda utilizam o Windows XP, conseqüentemente existem problemas e os profissionais de saúde entram em *burnout*, o que diminui a disponibilidade mental

para lidar com mais modificações. O processo de desmaterialização da Carta de Condução está em curso. A Ordem dos Médicos foi envolvida?

Já estivemos em reuniões. É um processo em construção. Testar o sistema com pessoas reais, que não foram preparadas, é essencial para analisar a usabilidade do sistema. Eu já fiz algumas sugestões de melhoria. O raciocínio deve ser médico e não informático! O objetivo é reduzir o número de cliques ao mínimo possível. A aposta deve ser na usabilidade. Os SI devem ser desenvolvidos para o utilizador. No momento da conceção, os utilizadores reais devem ser envolvidos para que a usabilidade seja garantida. A desmaterialização do atestado de condução, tal como outros processos de desmaterialização, causa algumas resistências, porque os inúmeros sistemas e os excessivos

A aposta deve ser na usabilidade. Os SI devem ser desenvolvidos para o utilizador.

cliques sobrecarregam os médicos. No início da prescrição eletrónica médica assumiu-se como crítico do sistema. Hoje, a RSP é utilizada em 99% do SNS e a Ordem tem contribuído para este número.

Os médicos nunca estiveram contra a filosofia da Prescrição Eletrónica Médica (PEM). A implementação desta ferramenta foi exageradamente acelerada. O doente não pode ser reduzido a um ícone do computador. A informatização está a despensar a medicina. Os médicos foram bombardeados com um sistema insuficientemente desenvolvido e conflituante entre si. Há um número infinito de programas não existindo interoperabilidade dos sistemas. Tem que estar tudo integrado num mesmo sistema.

Vê com bons olhos um Conselho Consultivo para os Sistemas de Informação?

É preciso definir-se uma política informática para a área da saúde. Não deve ceder à rotatividade governativa. A liberdade das diversas administrações contratarem sistemas informáticos, de forma avulsa, é económica, política, administrativa e medicamente criminosa. Não pode ser!

A Solução está na partilha?

Continuamos a ouvir que há dificuldade de comunicação entre os sistemas informáticos dos Cuidados de Saúde Primários e dos Cuidados de Saúde Hospitalares e, teoricamente, a integração deveria ser feita, via PDS. Continua a circular pouca informação. Existem colegas que se queixam de não terem acesso a exames feitos no SNS, nomeadamente na área da radiologia e devia haver, também, uma intercomunicabilidade entre o setor público e o setor privado.

Qual a estratégia para os Sistemas de Informação nos Cuidados de Saúde Primários?

É necessário perguntar aos profissionais o que precisam, o que se pode melhorar. Envolver os profissionais médicos e melhorar a comunicação entre os vários atores da saúde. Identificar pontos de melhoria e fomentar a usabilidade. Paralelamente deve ser feita uma aposta no apoio informático local. Ninguém pretende voltar atrás. É preciso melhorar constantemente. Os sistemas informáticos devem ser concentrados num único. ■



“É necessário perguntar aos profissionais o que precisam, o que se pode melhorar. Envolver os profissionais médicos e melhorar a comunicação entre os vários atores da saúde. Identificar pontos de melhoria e fomentar a usabilidade.”

Notícias

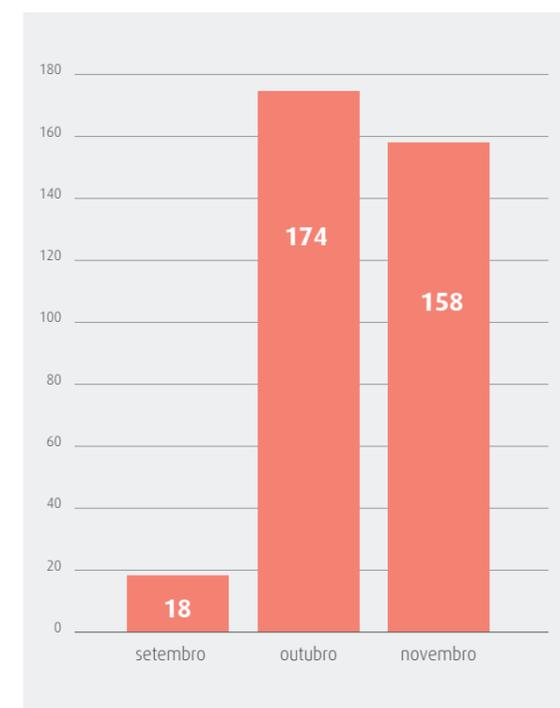
SPMS conclui *Rollout* do SClínico nos CSP

Terminou, no passado dia 17 de novembro, o upgrade do SClínico para a versão 2.2.2 em todos os Agrupamentos de Centro de Saúde (ACES).

Desde 19 de outubro no terreno, e ao longo de várias semanas de intervenção, as equipas técnicas da Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS) atualizaram 330 bases de dados de vários Centros de Saúde espalhados pelo país. O *rollout* do SClínico CSP versão 2.2.2 Cuidados de Saúde Primários (CSP) cumpriu, plenamente, os objetivos propostos. Através da implementação de novas funcionalidades e de algumas correções foram ultrapassados constrangimentos do sistema. A qualidade de performance e de usabilidade do sistema SClínico é agora uma realidade. Inserindo-se na resposta estratégica definida pelo Ministério da Saúde para a otimização dos Sistemas de informação (SI), esta versão contribuiu, significativamente, para a melhoria da prática clínica nos CSP.

Esta versão do SClínico torna a atuação dos prestadores de Cuidados de Saúde Primários mais eficaz e eficiente, possibilitando, desta forma, um melhor apoio, assistência e acompanhamento ao utente.

As sinergias criadas entre as equipas técnicas da Serviços Partilhados do Ministério e os profissionais de saúde das várias entidades dos CSP do país foram determinantes para o sucesso deste projeto.



Processo de instalação versão 2.2.2 SClínico por ACES

Correio eletrónico institucional ao serviço de todos os profissionais dos CSP

A Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS) prepara-se para lançar, em finais de novembro, a Campanha de Promoção de Adoção do Correio Eletrónico nos Cuidados de Saúde Primários (CSP).

Esta campanha, desenhada para o utilizador final, tem como objetivo ajudar as várias entidades a sensibilizarem os seus colaboradores para as potencialidades de utilização da conta de e-mail institucional disponibilizada pelo Office 365.

Conheça os pilares fundamentais do Office 365:

Segurança

Falamos de um serviço geo-redundante dentro do espaço europeu que garante 100% de disponibilidade do serviço e da informação e, também, com toda a proteção assegurada pelo serviço Anti-Spam e Anti-Malware da Microsoft.

Mobilidade

A possibilidade de aceder em qualquer lugar e com qualquer dispositivo a toda a informação

de trabalho é garantida a todos os funcionários dos CSP.

Capacidade

Caixas de correio com capacidade de armazenamento que vai dos 2 Gb a ilimitado, permitindo a todos os utilizadores/profissionais de saúde ter sempre os seus e-mails disponíveis dentro e fora da Entidade.

Simplicidade

Interfaces simples e intuitivos que garantem uma utilização fácil e rápida.

Para divulgar e esclarecer os utilizadores, a SPMS tem ao dispor material promocional, manuais de utilização e um Centro de Conhecimento Online que permite a clarificação das dúvidas e o acesso a tutoriais. Em algumas entidades, os técnicos da SPMS irão deslocar-se ao terreno para esclarecer dúvidas aos utilizadores e configurar contas de e-mail nos dispositivos móveis.



99% de Receita Sem Papel no SNS

Dados de 15 de novembro demonstram que no Serviço Nacional de Saúde (SNS) a Receita Sem Papel (RSP) já representa mais de 99% do total de receituário prescrito. No setor privado ultrapassa os 56%.

Relativamente a resultados gerais por Administração Regional de Saúde (ARS), todas as ARS se situam acima dos 99% de prescrição eletrónica desmaterializada, exceto a ARS Centro que, à data, regista 98.43%.

Ao nível do setor privado, a ARS Centro atinge a maior percentagem com cerca de 59%, seguindo-se a ARS Lisboa e Vale do Tejo (58%),

ARS Norte (54.46%), ARS Alentejo (52.86%) e ARS Algarve (51,76%). Em fase experimental na Região Autónoma da Madeira desde 1 de outubro, a receita médica sem papel aproxima-se dos 8% e continua em franca expansão. O período experimental prolonga-se até final do ano, entrando em pleno funcionamento a partir de 1 de janeiro de 2017.

Para os cidadãos, uma das grandes vantagens da receita eletrónica é poderem usufruir do direito de liberdade de escolha e de circulação, optando por efetuar dispensas parciais, com a mesma prescrição, em diferentes farmácias e regiões de Portugal Continental e Ilhas.

Mais recém-nascidos com eBoletim Infantil e Juvenil

Nasceu a 15 de novembro o terceiro bebé com eBoletim Infantil e Juvenil.

Estes recém-nascidos fazem parte do projeto-piloto que decorre na Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo (ULSBA), com acesso aos primeiros Boletins Infantis e Juvenis completamente desmaterializados.



O eBoletim possibilita, entre outras vantagens, a emissão de alertas e notificações para pais e cuidadores e o registo de informações relevante. É acedido pelos pais através da Área do Cidadão e os profissionais

de saúde consultam pelo Portal do Profissional.

Registados no formato eletrónico “Notícia Nascimento”, os recém-nascidos são inscritos de forma automática e imediata no Registo Nacional de Utentes (RNU), através do sistema “Nascer Utente”. A SPMS é responsável pela implementação das adaptações do sistema do RNU (“Nascer Utente”) e da integração de comunicações no SClínico e na Plataforma de Dados da Saúde (“Notícia Nascimento”).

A versão digital permite melhorar a articulação de cuidados de saúde, com mais informação, maior qualidade, comodidade e segurança nos cuidados prestados.



MySNS Tempos A nova versão da app já disponível

A SPMS desenvolveu uma nova versão da aplicação móvel que permite consultar os tempos médios de espera nas instituições hospitalares do Serviço Nacional de Saúde. Conhecida como MySNS TEMS, passa a designar-se por MySNS Tempos.

Disponível desde 16 de novembro, a MySNS Tempos foi completamente redesenhada para ser mais rápida e apresentar mais e melhor informação. Esta versão também já integra o ColorADD, um código universal de identificação de cores para daltónicos, o que permite chegar a mais utilizadores.

Através da app, o utilizador pode consultar o tempo médio de

MySNS Tempos
Já está disponível a nova versão da app



atendimento nas urgências de cada instituição, apresentado pela escala de Manchester. A escala mostra o tempo de espera por grau de prioridade: vermelho, laranja, amarelo, verde e azul.

As instituições hospitalares são responsáveis pela atualização periódica de dados.

Na aplicação móvel, a lista de instituições hospitalares pode surgir por ordem de proximidade ou por localização no mapa. Através do GPS do dispositivo móvel, a MySNS Tempos permite obter mais dados sobre a instituição, como morada, contactos telefónicos e localização geográfica.

Pode descarregar a aplicação:

[Versão Android](#)

[Versão iOS](#)

